



Qual
R. J.

Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 02 de setembro de 2019

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de ser dado início à sessão, tomaram posse os membros Ana Miroto, Martinho Loureiro, Teresa Felgar Albuquerque em virtude dos membros, respetivamente, José Carlos Coimbra, por ter solicitado a sua substituição até ao dia 16 de outubro e Marisa Fernandes e Sérgio Rodrigues terem solicitado a sua substituição por um dia.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa da assembleia, foram entregues na mesa duas credenciais, uma do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e outra do senhor presidente da união de freguesia de Tondela e Nandufe à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por Firmino dos Santos e Carlos Ribeiro, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças faltaram os membros: José Manuel Mendes e José Hélder Viegas.

O membro Hélder Viegas justificou a falta que foi considerada relevada.

O membro José Manuel Mendes não justificou a falta, pelo que foi considerada injustificada.

Atendendo a que o 1º secretário Sérgio Rodrigues solicitou a suspensão por um dia, o senhor presidente da assembleia chamou o membro Agnelo Laranjeira para integrar a mesa da assembleia nesta sessão. O referido membro ocupou o lugar.

1-Período de antes da Ordem do Dia



1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 26 de junho

Não havendo intervenções, a ata de 26 de junho foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de junho.

1.2 Leitura de expediente

Foram presentes emails da Associação Nacional de Assembleias Municipais com síntese jurídica e clipping de notícias; comunicação da senhora Eng^a Carla Borges, que informa a sua suspensão de mandato na câmara municipal; moção da assembleia municipal sobre a possível encerramento do jardim de infância de Tourigo; Declaração da assembleia de freguesia de Santiago de Besteiros sobre a segurança rodoviária na EN 228; convite da ANCU para o seu 37º aniversário; relatório financeiro do município e jornais “Voz das Misericórdias”.

1.3. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o período de intervenções o grupo Parlamentar do PS com a intervenção, que se transcreve, do membro Marta Coimbra:

“Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

Desde o início do mês de agosto, o mundo assiste de forma perplexa as chamadas que consomem parte significativa da floresta amazónica. Ao mesmo tempo, a devastação da maior floresta tropical do mundo é acompanhada pelas políticas e declarações do presidente do Brasil, Bolsonaro, que desde o início de seu governo despreza e critica a política ambiental. Já a administração de Trump conta com mais de 80 regras e regulamentos ambientais revertidos, desde que tomou posse. Estas reversões ambientais resultam num aumento significativo das emissões de gases de efeito estufa, de um dos



Cleof
Q
D

países mais industrializados do mundo e são exemplos de líderes com uma tremenda falta de preocupação ambiental, com políticas catastróficas para o nosso planeta.

A evidência científica para o aquecimento do sistema climático é inequívoca. São inegáveis: o aumento da temperatura global; o aquecimento dos oceanos; a diminuição das calotes de gelo e da cobertura de neve; a elevação do nível do mar; o declínio do gelo do Ártico no mar; eventos extremos, como furacões e tornados; a acidificação dos oceanos... Portugal é um dos países da UE mais vulneráveis às alterações climáticas e os seus impactos afetam-nos já no presente. Recordemos os trágicos incêndios, ou a profunda seca, que devastaram o nosso país em 2017, assim como os 13 km² desaparecidos na erosão costeira.

A educação é por isso um elemento essencial da resposta global às mudanças climáticas. Ajudar as pessoas a entender e lidar com o impacto do aquecimento global, aumenta a “alfabetização climática” entre os jovens, incentiva mudanças nas suas atitudes e comportamentos e promove a adaptação às tendências relacionadas com as mudanças climáticas. A educação e a consciencialização da população possibilitam tomadas de decisão informadas, desempenham um papel essencial no aumento das capacidades de adaptação e mitigação das comunidades e capacitam mulheres e homens a adotarem estilos de vida sustentáveis.

Congratulo-me com o facto de que o PS seja o partido da história da nossa democracia que mais políticas tem desenvolvido na defesa do ambiente, nomeadamente o desenvolvimento das energias renováveis, a introdução do carro elétrico, o ordenamento do litoral ou a estratégia integrada de tratamento e valorização de resíduos. Foi também com o PS que se criou o passe social e foi introduzida a redução do seu preço, incentivando a utilização dos transportes públicos.

Destaco ainda o Programa Eleitoral do PS que convidou os presentes a consultar, onde encontrarão um longo rol de propostas ambiciosas, nas áreas da educação, da igualdade, das competências digitais e onde o combate às alterações climáticas é um dos eixos fundamentais do documento. Ficou fixado o objetivo de neutralidade carbónica até 2050 e aprovado o roteiro para o atingir. Continuaremos a apostar forte na transição para um modo de vida mais saudável e mais sustentável.



Am
Am

Mas meus caros, é também aqui, nas comunidades locais que esta sensibilização deve ser reforçada. Incentivemos também nós, autarcas, a consciência nas nossas comunidades sobre as mudanças climáticas, começando por nos concentrar nos impactos locais ou regionais e mostrando às populações como eles nos podem afetar.

A Sustentabilidade para Educação Ambiental é um dos grandes desafios que se coloca ao cidadão do século XXI e deve ser um domínio estratégico de intervenção para o desenvolvimento ambiental deste Município. Desta forma, a criação de um Centro de Educação Ambiental impõe-se como urgente, na perspetiva de poder vir a tornar-se uma referência para a população do concelho, especialmente para a comunidade escolar. Este pode ser um dos principais instrumentos da autarquia para dotar os cidadãos de conhecimentos e meios que lhes permitam lidar com o um dos maiores desafios das nossas gerações futuras: o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais e do nosso planeta.”

De seguida, interveio o membro Paulo Albernaz com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores secretários,

Exmo. senhor Presidente da Câmara,

Exmos. senhores vereadores,

Caros membros da Assembleia Municipal

E

The last but not the least

Comunicação social

Minhas senhoras e meus senhores

O verão é por excelência um período dado ao descanso, às férias e por decorrência dado a algumas reflexões. Reflexões que durante algum tempo se tornam usual contextualizar na denominada “Silly season”, não se fazendo jus a muitos assuntos importantes que durante esse curto período de tempo são tratados.

À parte a minha pretensão, vou tentar abordar alguns assuntos que me parecem incontornavelmente importantes; assim começarei pela greve dos motoristas de matérias perigosas, que como todos tivemos oportunidade de circunstanciar foi exercida no estrito respeito por esse direito, dos trabalhadores. Dirão mesmo alguns que o governo no



Carid
R
Jm

coartou esse direito decretando os serviços mínimos, incorrendo-se dessa forma numa falsa argumentação, pois o nosso ordenamento jurídico assim o prevê há décadas tendo este colhido na altura um amplo respaldo no contexto político partidário português. Permito-me até perguntar se os cidadãos não esperarão sempre que o Estado exerça essa sua prerrogativa cuidadosa e protetora neste tipo de casos em que é sempre possível articular o direito à greve com o direito a um standard mínimo de funcionamento do país? Houve naturalmente alguns políticos da vossa praça que aproveitaram para exercícios de populismo e apologética proletária, mas que não obtiveram o mínimo de ressonância social, porque terá sido?!

Muito preocupantes e ainda a propósito desta temática, foram os considerandos levados a cabo por um candidato a primeiro-ministro a propósito da actuação do Ministério Público no que toca ao sindicato dos motoristas de matérias perigosas! Não vivemos nós desde os finais de setecentos o princípio da separação de poderes? Não é o ministério público um procurador dos interesses do cidadão? Não são os tribunais um órgão de soberania? Estranhámos sublinhadamente a “performance” desse candidato a primeiro ministro, ou talvez não” bastar-nos-á recordar as imagens da “multidão entusiástica” que esse dito político teve na sua “rentré” há escassos dias, lá mais para os territórios a sul, onde conseguimos descortinar pouco mais do que uma poesia putativamente bem-disposta, e de sublinhado mau gosto.

Quero ainda partilhar convosco o desconcerto por nós sentido com as afirmações de um eurodeputado numa dita universidade de verão. Trago aqui este assunto, pois ele mexe de forma direta com a nossa condição de autarcas. Passo a explicar começando por citar o dito eurodeputado (Paulo Rangel), “Ao fim de quatro anos de governo, António Costa nunca deixou de ser presidente da Câmara, é o presidente da câmara de Portugal”, ficando nós sem saber onde tão ilustre pedagogo e parlamentar quis chegar, ou porventura quer chegar? Será que os autarcas são por definição pessoas pouco recomendáveis? Não será o nosso consolidado poder local um alicerce absolutamente essencial da democracia portuguesa? Mas a canícula alentejana fez mais estragos e o dito parlamentar continuou tendo acusado o primeiro ministro de ser “uma espécie de Borris Costa em Lisboa”... Não há mesmo pachorra para tal argumentário! Como dizem os mais avisados, já devia



Alcides
R. J. G.

ter juízo, pois bem se viu o resultado que obteve nas últimas europeias! Se calhar até gostou!

Deixem-me terminar relevando positivamente dois factos acontecidos na tal e mal denominada “Silly Season”:

- a) A colocação atempada dos professores nas escolas portuguesas denotando-se um labor responsável e atento;
- b) A escolha da Professora Elisa Ferreira para o colégio de Comissários Europeus.

São dois factos que denotam, desde logo, a maturidade da democracia portuguesa e dos responsáveis políticos que lhes dão rosto e que têm sabido exercer o seu magistério dentro e fora de portas.

Naturalmente, que existirão alguns responsáveis políticos partidários que entre actos de absoluto afabulação e outros de absoluto descontexto analítico acharão que os socialistas são uma espécie de “demónio” da política portuguesa, não percebendo que estes exerceram uma legislatura onde pautou a procura da equidade, do pluralismo, do contraditório.

Formulo votos para que a direita democrática portuguesa possa encontrar o seu caminho, possa encontrar os seus líderes, até porque ela é necessária, útil e importante para a construção da Democracia em Portugal.

Disse.”

Continuou os trabalhos o grupo Parlamentar do CDS, com as intervenções do membro Abílio Rodrigues. Anexo 1,2 ,3 e 4

Seguidamente, foi a vez do grupo Parlamentar do PSD, com o membro Vera Machado que tomou a palavra com o voto de pesar que se transcreve:

“Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do PSD vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de Henrique Marques Gonçalves, pela sua entrega à causa pública e exercício de cidadania, tendo sido autarca de freguesia e municipal, dirigente associativo e comandante da PSP de Tondela, dando um forte contributo para o desenvolvimento da nossa comunidade local.”



Cláudio
Q

Continuou a intervenção respondendo à intervenção anterior:

“Dizer em primeiro lugar ao deputado Paulo Albernaz, relativamente à greve dos motoristas de materiais perigosas: no PSD entendemos essa prerrogativa de segurança dos cidadãos. Não entendemos é não ter sido contemplado o concelho de Tondela com essa prerrogativa de segurança, nomeadamente com a inclusão de um posto de combustível na rede REPA.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa,

Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores,

Senhores Deputados, Comunicação Social

Este fim-de-semana foi rico em reentrées políticas, quer do ponto de vista nacional como local, que vão de comícios a jogos de futebol, de arruadas a banhos, feiras e festinhas e até sondagens que alegram uns e deixam outros mais alerta.

A somar a toda esta agitação e às ações popularuchas que vão inundando as nossas casas, somam-se as zangas daqueles que juraram fidelidade eterna a uma geringonça que, e apesar de funcionar até ao final da legislatura, já não serve a este Partido Socialista e, pelos vistos, fez sair da toca alguns Ex que não se conformam com o que ajudaram a desconstruir.

Poderão falar de diabos ou até de ressurreição, mas o único valor religioso capaz de trazer esperança aos portugueses é sem dúvida a fé.

A fé de acreditar que talvez a carga fiscal baixe e os serviços públicos o sejam na realidade.

Porque Senhores Deputados, os portugueses suportam hoje a carga fiscal mais elevada de sempre, em particular através de impostos indiretos, criando a falsa ilusão que o poder de compra aumentou.

E os serviços, quer na área da saúde, educação e justiça?



Q
A
J

Os serviços públicos todos os dias são alvo de anúncios de investimento com pompa e circunstância, e em simultâneo, de forma encapuçada, eles vão-se deteriorando em catadupa.

Piolhos em tribunais, infiltrações, falta de sistemas para garantir segurança de pessoas e bens, esse é o retrato da justiça que temos.

E na saúde?

Uma urgência que atrasou dois anos para arrancar a sua duplicação, e cujo termo de comparação segundo a Ordem dos Médicos é um “corredor com meia dúzia de salas”.

E a falta de profissionais em todos os setores?

E lembrar também que são declarações do atual primeiro-ministro de que há uma dívida para com o interior, tal como os parceiros de geringonça assumem publicamente a necessidade de investimento público no país, em particular nestes territórios de baixa densidade.

Será do diabo ou da Ressureição?

Perante tudo isto resta-me dizer, há que ter fé.”

Continuados os trabalhos, o membro Ana Miroto tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores



No afã de dar tudo a todos, independentemente das necessidades económicas de cada agregado familiar, o governo socialista implementou o programa de “gratuidade dos manuais escolares” para os alunos do primeiro ciclo.

Sabemos das influências marxistas na tomada desta medida política, eles sempre foram “generosos” com o dinheiro dos outros, com o dinheiro do contribuinte. Os manuais escolares deveriam ser gratuitos apenas para os filhos de pais com dificuldades económicas, evidentes e comprováveis.

Esta medida começa logo por ser falaciosa.

Se os manuais são, afinal, emprestados e não dados, o nome desta iniciativa devia ser alterado.

Mas importa recentrar esta importante questão no conteúdo que nos interessa aqui discutir.

Fornecer os manuais sem lhes poder dar o devido uso é desde logo castrador. Fornecer um manual escolar onde o aluno não pode escrever, riscar e folhear em liberdade é tudo menos educativo.

Quando os manuais escolares ficarem obsoletos, os alunos terão de pagá-los na mesma?

Porque é que uns agrupamentos escolares exigem que os manuais sejam apagados e outros obrigam os pais a entregar tudo “limpinho”?

A educação gratuita é um pilar essencial da nossa Constituição. Nesse imperativo constitucional não devia caber este experimentalismo à custa do futuro das nossas crianças.

O populismo bacoco e a procura incessante do voto a todo o custo irão deixar uma fatura muito alta. E não estamos a referir-nos somente aos aspetos financeiros da medida estamos, sobretudo, preocupados com as consequências na aprendizagem das nossas crianças num período fundamental das suas vidas.

Era importante que reconhecessem o embuste desta medida.

Sendo uma medida importante merece ser repensada e melhor operacionalizada.”



Cláudio
Q. Am

O presidente da mesa deu a palavra ao membro Agnelo Laranjeira com a intervenção, que se transcreve:

“LIMPEZAS – FGC (Faixas Gestão de Combustíveis) – FIC (Faixas Interrupção Combustíveis – Rede Primária

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restante mesa

Senhor Presidente da C.M. Tondela

Senhores deputados desta Assembleia

Comunicação Social e público presente

Minhas senhoras e meus senhores

Em plena época de verão e com a possibilidade de ocorrência de fogos florestais, (lembramos os fogos ocorridos em outubro de 2017), e tendo em linha de conta a, ainda, grande mancha florestal que preenche a nossa região, urge repensar medidas de prevenção, refletir sobre a ineficácia prática duma lei irrealista e inconsequente, devido aos condicionalismos existentes a nível dos recursos humanos.

Com efeito, o Dec Lei nº 124/2006 alterado e republicado pela Lei nº 76/2017 e, ainda de acordo com as alterações introduzidas pelo Dec Lei nº 10/ 2018 estruturam o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI) e preveem um conjunto de medidas no âmbito da sensibilização, do planeamento, da conservação, da silvicultura, na vigilância, na deteção e no combate aos incêndios.

Assim e nas medidas de organização do território e de silvicultura, foram criadas várias componentes, nomeadamente as “Redes Secundárias de Faixas de Gestão de Combustíveis” referindo que os proprietários, usufrutuários, arrendatários, entidades ou quem, a qualquer título, detenha a administração dos terrenos, sejam obrigados a proceder à gestão de combustíveis de acordo com as normas aí estabelecidas.

Estabelece, para efeitos de gestão de combustíveis **envolventes a edifícios e aglomerados populacionais** algumas medidas, tais como: a obrigatoriedade de limpeza do estrato arbustivo até 50 cm de altura; a limpeza do estrato subarbustivo até 20 cm de



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

altura; no estrato arbóreo a distância mínima de 10m, entre copas, nos povoamentos de pinheiro e eucalipto; ausência de sobrantes de exploração florestal ou agrícola, em largura não inferior a 50m a partir da alvenaria de casas isoladas e 100m em aglomerados populacionais.

Refere, ainda, nas áreas abrangidas pelos fogos florestais, os proprietários devam remover, numa faixa mínima de 25m para cada lado das faixas de circulação rodoviária, todos os materiais queimados nos incêndios.

Nas redes viárias a gestão de combustível numa largura não inferior a 10m.

Acresce, ainda, a gestão de combustível nos parques e polígonos industriais e nos aterros sanitários, numa largura não inferior a 100m.

Perante o exposto é pertinente perguntar:

- Estarão os prestadores de serviços preparados, efetivamente, em executar todas estas obras?

- Será justo, crucificar os responsáveis autárquicos, quando acontecem grandes catástrofes? (Veja-se o incêndio de junho de 2017 cujos principais arguidos são os Presidentes dos Municípios de Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos; veja-se o exemplo de Mação, com o seu presidente imputado de responsabilidade, pese embora o reconhecimento público de boas práticas pedagógicas e preventivas tomadas em relação à prevenção de incêndios).

Todos nós, autarcas, e Presidentes de Junta em particular, sabemos da extrema dificuldade que temos em manter as nossas ruas, caminhos agrícolas, caminhos florestais e zonas envolventes às povoações, devidamente conservadas.

Todos sabemos que efetuamos 2/3 vezes limpezas, por ano, porque a vegetação cresce e ultrapassa os limites legais em 3/4 meses.

Todos nós sabemos que, a maioria das vezes, desejamos executar, mas não temos a quem recorrer.

Todos nós sabemos que, essas queixas, advém, também de particulares.



Sessão ordinária 02-09-2019

Sr Presidente, caros colegas, todos nós, sem exceção, além dos constrangimentos orçamentais, temos uma consciência preventiva e estamos, seguramente, sensibilizados na execução destas medidas de proteção de pessoas e bens que a todos diz respeito.

No entanto, é um tempo de profunda reflexão, por um lado, sobre a ineficácia legislativa duma lei irrealista e inconsequente, devido ao condicionalismo dos recursos humanos; por outro lado, devido à responsabilização civil e criminal dos autarcas, caso aconteça alguma catástrofe.”

2-Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da Câmara interveio:

“Muito bom dia, senhor presidente da mesa da assembleia, membros da mesa, senhores deputados, público presente, comunicação social. A todos quero saudar.

Começando pela intervenção que o deputado Agnelo e presidente da junta de freguesia de Santiago de Besteiros aqui trouxe. Julgo que é necessário que todos possamos refletir sobre a amplitude, a exequibilidade e o alcance que a ideia que se criou de que é possível eliminar os incêndios através da gestão de faixas de combustíveis, que isto é uma ideia milagrosa e que é por aqui que tudo se vai resolver. Todos nós que passamos em muitas estradas temos a perceção que por todo o país é impossível a execução nos termos em que estão previstos. Se passarmos em muitas estradas do nosso concelho, algumas limpas em março, hoje, se lá passarmos, há vegetação que, entretanto, cresceu, a regeneração que ocorre, as condições atmosféricas absolutamente propícias, dá-nos a sensação que nada foi feito naquela estrada e que as faixas de execução de controlo de combustível não foram realizadas. Isso é um problema que todos temos de ter presente. Mais do que uma questão financeira e essa não é a discussão que aqui se coloca, é a capacidade de execução, de materialização e a responsabilização que daí advém. Todos acompanhamos há escassas semanas o que aconteceu em Mação. É considerado



Caril
R. J.

por todos, a começar pela sessão que lá foi feita pelo governo atual, de promoção das equipas de EIP, de sapadores, de gestão de faixas de combustível. Aliás, as imagens aéreas mostravam estradões bem delimitados. E, foi por isso que o incêndio não ocorreu? E qual foi a primeira tentativa? Responsabilização política, pessoal e criminal, dos autarcas, dos atores desse processo. De facto, julgo que todos aqueles que foram autarcas, mas que no meio de Lisboa não tem floresta ou no meio do Porto e que por isso a sensibilidade que tem nestas matérias não é a mesma daqueles que vivem em territórios arborizados como os nossos. Julgo que é importante termos esta perceção do alcance destas medidas e da sua não realização. Como ainda não deixo de dizer que, em 2018, a escassos meses após a tragédia de outubro de 2017, aqui nesta assembleia e, já antes o havia referido que era imperioso que existisse uma medida de proteção civil nacional que permitisse entrar com equipamento pesado nas margens, fronteiras das estradas, onde a regeneração natural avançava de forma absolutamente descontrolada. Há indiciadores que, então, apontavam que por metro quadrado, surgisse de forma espontânea mais de um milhar de eucaliptos, em situação caótica. E, isto, por mais corte que se faça, não resolve. Só é possível resolver estes problemas se tivessem existido um instrumento que permitisse entrar com máquinas que lavrassem aquele terreno. A atual legislação não permite isso, tal como disse o Agnelo, permite afastamento entre copas de 10 metros. Isto não é exequível. Não nos sentimos de forma alguma confortáveis com aquilo que vimos. Mas não precisamos que alguém hoje diga que o pânico está presente. Dissemo-lo atempadamente, antevendo a situação que pudesse vir a existir. Muito é o esforço que é feito. Julgo que todos têm a perceção que quando vão em territórios atingidos pelo incêndio, se existisse um eucalipto que fosse a mais de 100 metros de distância, a propagação que dali se gerou, fez com que autênticos alfobres tenham germinado e hoje representam um potencial risco elevado, que não é a gestão de faixas de combustível que vai resolver. Aqui ou no IP3. Se passarmos no IP3 podemos ver o que está a acontecer.

No nosso concelho se há áreas onde ainda podem faltar a remoção de uma ou outra árvore atingida pelo incêndio, na generalidade dos casos as faixas de execução à medida que são feitas, rapidamente dá ideia que nada foi feito. São vários os locais. Se descermos na estrada Ex 230, Couço / Ferreirós, e se se lembrarem na última assembleia vimos



Cláudia
D. J. M.

imagens dos trabalhos efetuados pelas brigadas municipais, se nos deslocarmos à estação de Tonda / ecopista / Ferreirós, a percepção que se tem é que talvez há dois ou três anos se tenha feito uma limpeza, quando estamos a discutir há escassos meses que isso foi feito. Na 230, Campo de Besteiros / Caramulo, nomeadamente na zona de Litrela / Pedronhe, para cima, há escassos meses foi feita limpeza e hoje quando aí passamos dá ideia de que nada foi feito. Julgo que é tempo em que o círculo eleitoral se irá concluir e que daqui um mês estaremos com outra perspetiva para o futuro, julgo que todos devem ter esta reflexão, porque não basta fazer leis. O importante é saber se são exequíveis, se produzem resultados e garantem aquilo que queremos atingir. O que hoje me parece é que, nesta matéria e que é transversal a todo o país, o que se tem a percepção é que a legislação não vai resolver, ao contrário vai é endossar responsabilidades a terceiros aliviando as costas de alguns. Isso não me parece que seja a melhor forma de governar e que é injetar responsabilidades.

A questão dos postos REPA, que foi aqui também abordada. Nesta matéria, vamos ser claros. Já todos perceberam que quando as coisas correm bem, procura-se disfarçar para o atingir ou divagar através de mais uns textos para ver se as coisas disfarçam sobre esta questão. Quem definiu a rede a rede de abastecimento estratégico foi o governo português através de um organismo dependente do governo, que tem a ver com aquilo que a ENSE regula, sendo o seu presidente Filipe Meirinho. Quem definiu esta rede foi este organismo. Convém lembrar que em abril, aquando da 1ª crise energética, se se lembram, foi divulgada uma suposta rede que não chegou a ser operacionalizada, porque a greve de abril não teve implicações. Nesta recente crise, a rede que foi divulgada foi da responsabilidade deste organismo. Quando constatamos que um concelho com um terço do IP3 a percorrê-lo, com um conjunto de instituições sociais e humanitárias, com uma área industrial que mobiliza por dia mais de 4 000 pessoas em deslocação permanente, quando vimos que este território não tem identificada nenhuma rede, julgo que o interesse público assim o abriga, manifestámos à entidade competente a estranheza e questionamos quais as razões que levaram a essa opção. Esta crise iniciou-se numa sexta-feira e no domingo o senhor Secretário de Estado da Energia ligou-me dando nota que isso não seria um problema, na medida que com os serviços mínimos criados em que todos os postos



Sessão ordinária 02-09-2019

de abastecimentos tinham de garantir no mínimo 50% de reserva, isto não seria um problema. Então se não é um problema, porque é que foi criada a rede REPA? Mas, na segunda-feira seguinte o senhor do CODIS ligou a dizer que estava um problema do Caramulo com um posto de abastecimento que os bombeiros de São João do Monte não tinham onde abastecer e que ele próprio enquanto comandante distrital tinha enviado uma coluna para apoiar o abastecimento no Caramulo. Acho que as coisas devem ser vistas com este realismo. Por isso, causa-me estranheza que se procure branquear a clareza destas questões. Ou a rede REPA não é necessária, por essa razão não vale a pena estar a ser acionada. Se há serviços mínimos, onde militares conduzem camiões, e parece que isso é normal. Onde militares, qualquer dia têm de apagar fogo, que já o fazem e isso é normal. Onde militares qualquer dia, têm que gerir outras matérias. Isso parece que é normal e são os mesmos que se insurgem contra o sindicalismo pós-moderno. Se isso não é preciso, acabem com a rede REPA. Se ela é precisa, expliquem quais foram os critérios técnicos para ter que levar que outros concelhos tenham rede REPA e o concelho de Tondela não tivesse. Têm de explicar. Não acredito que sejam razões políticas, tem de ser técnicas, expliquem quais são as razões técnicas. É verdade que o presidente da ENSE na semana seguinte envia uma carta compreendendo as razões e referindo que em próxima oportunidade, se tal for necessário, são revistos os critérios. Expliquem quais são, eu ainda não os conheço. O que não gosto é falta de seriedade no tratamento das questões. O concelho não é a cidade, há muito mais vida económica no concelho do que no centro da cidade, é um todo. Como todo que é, a questão desta rede tem de ter essa perceção, Talvez tenhamos a perceção que de Caramulo a Águeda ou do Caramulo a Carregal do Sal, que eram os dois postos REPA mais próximos, não é a mesma coisa que ir do Rossio eventualmente a Belém.

A terceira nota que queria abordar e que está referenciada no relatório de atividades, prende-se com a rede de IPSS, com a necessidade de repor a questão no sitio certo. A generalidade das IPSS têm acordos de valência com o Estado Português através do Ministério da Solidariedade. Têm estes acordos para as valências que desenvolvem. Bem sabemos que em muitos casos, nomeadamente no apoio domiciliário, a maior parte das IPSS prestam serviço, em muitos casos, ao dobro do que está convencionado. E



Carla
R. Anz

fazem-no, porque tem responsabilidade social, sentido de proximidade, implicação com o seu território e porque não são insensíveis ao ponto de passar em determinada rua e deixar alguém que necessite sem apoio. Isto acontece na generalidade das nossas IPSS. Os acordos de valência para o SAD, rondam os 400€. A generalidade das pessoas atendendo às suas reformas, a contrapartida que têm é residual. Uma IPSS para ter acordo de valência a funcionar, está obrigada a um conjunto de imposições legais, quer de técnicos, quer de recursos qualificados para a resposta que presta. Pelo que a generalidade das nossas IPSS sentem esse problema. Problema que se agravou, quando nos últimos anos, a atualização salarial, o que não deveria ser um problema pelo contrário, não é acompanhada pela correção do montante associado dos acordos de valência. O que não é aceitável. O mesmo Estado que decreta aumento do salário mínimo e que por arrastamento induz a despesa aumentar na IPSS, não é capaz de também pela mesma via corrigir o valor da correspondente importância para esta valência. Estou a dar o exemplo do SAD, porque é aquele onde a generalidade das instituições prestam no concelho, a não ser algumas que possam ter fins mais específicos. Esta é a principal razão que está a levar a um estrangulamento financeiro da generalidade das IPSS. Na maior parte, não é um problema de gestão. É um problema de capacidade de fazer face às despesas protocoladas com o Estado Português.

Por isso, senhor deputado Abílio, a primeira prioridade de qualquer instituição, deve ser dirigir-se ao Ministério da Solidariedade e perguntar pelas atualizações que lhes são devidas há vários anos. Do lado do município, temo-lo feito no passado e falo-emos no futuro e estamos a fazê-lo no presente com apoio a obras de adaptação, beneficiação de valências, ou de construções de instituições. Fizemo-lo, fazemo-lo e iremos fazê-lo no futuro. Mas, que fique claro, não somos o Ministério da Solidariedade Social. Não podemos financiar o exercício das valências que tem protocolos com o Ministério da Segurança Social. Não somos fiscalizadores dessas valências, isso cabe ao Ministério da Solidariedade Social fiscalizar a boa aplicação dos recursos que concede às instituições. Cabe-nos colocar ao lado das IPSS para perguntar onde estão as atualizações que são devidas por força dos acordos salariais e por força do aumento de resposta que estas IPSS produzem. Não deixo de dizer, que ainda há escassos meses eu e a senhora vereadora com



Cláudia
@

competências na área social reunimos com a senhora dos serviços distritais e os seus serviços sobre a área de influência destas matérias e encontramos simpatia indiscutível e conhecimento técnico, mas a capacidade de decisão de facto hoje é um problema. O ministério em causa está concentrado em Lisboa. Aquilo que no passado existia que era a capacidade dos diretores distritais da Segurança Social, percebendo a realidade do seu distrito poderem gerir os acordos, poderem responder com proximidade. Hoje, está à distância de uma plataforma gerida em Lisboa ao sabor das conveniências e não ao sabor dos interesses das nossas comunidades. Isto, sim é preocupante. Porque se as nossas instituições tivessem os acordos adaptados aquilo que hoje prestam no serviço, se tivessem os valores mensais adequados aos encargos salariais, hoje não estaríamos a ter esta discussão nesta assembleia. Quero, por isso reafirmar que talvez muitos ainda não tenham a perceção plena da situação crítica em que muitas das IPSS estão a ficar, principalmente aquelas que tem menor dimensão. Estaremos, naturalmente, atentos a estas temáticas. Não criámos, nem nos posicionamos em aproveitamento político, porque em última instância o que queremos é segurança e proteção às nossas comunidades. Mas, aquilo que estamos a verificar é que há um distanciamento muito grande entre aquilo que é o trabalho das IPSS e aquilo que são os serviços contratualizados do Estado. Não é por isso de estranhar que em sede de delegação de competências, ponto que virá mais à frente o último diploma foi publicado para discussão e sobre o qual toda a gente quer fugir, que é a descentralização na área da segurança e da ação social. Tomo estas considerações aqui feitas como uma partilha, um aprofundar de um problema que todos temos de ter presente, mas temos de colocar os pontos nos i. Isto deve ser matéria de reflexão séria ao ponto de me atrever a que esta assembleia deveria nesta circunstância criar um grupo, em que os seus líderes se encontrassem e que daqui formassem um voto dirigido ao ministério em causa e à senhora responsável distrital pela caracterização social que temos onde se evidencie esta necessidade. Naturalmente, que poderemos agendar este ponto, se assim não o fizerem para uma discussão e uma tomada de decisão política e pública sobre esta matéria.

Está no documento escrito que vos remetemos que em maio/ junho, julho que todos virámos uma página. Todos, Poder Central, CCDRC e Autarquia Local. Esta página



Cecilia
R. J. M.

Sessão ordinária 02-09-2019

correspondeu à entrega das últimas habitações atingidas pelo incêndio de outubro de 2017. Certamente que como em todas as casas quando são construídas haverá alguns problemas, como por exemplo uma torneira que tem de ser composta, uma exaustão de não está a funcionar da melhor forma, entre outras e qual é a habitação onde isso não acontece? O importante é saber se de seguida o problema é solucionado. A segunda nota que é importante frisar é que o que esteve em causa foi reconstruir aquilo que tinha sido atingido pelo incêndio. Se a pessoa antes não tinha os seus esgotos ligados à rede pública, não é a empreitada da reconstrução que lhos vai ligar. A responsabilidade da ligação dos esgotos é do proprietário. É obvio que o município nesta parte está presente, pois se há uma dificuldade económica da família, temos nós que o fazer. Mas, se a família tem recursos por todos reconhecidos, se tem meios, porque é que não deve ser a pessoa a fazer a ligação do seu esgoto? Se aquilo que ardeu foi a casa e já foi reconstruído. Não é justo que o faça? A circunstância é esta. O concelho que teve mais casas reconstruídas foi o de Tondela. Sentimos todos uma satisfação pela devolução às pessoas da esperança que isto e de que aqui se inicia. É sabido, também, que abrimos uma operação para poder ajudar a financiar a reconstrução das 2^{as} habitações. Importa, aqui, dizer que de toda a região centro, foi este concelho onde mais pessoas se mostraram interessadas. Neste momento esse processo já foi validado pela CCDRC. Está à espera de eventual financiamento no FAM que, como é conhecido, foi criado para resolver os problemas dos municípios que estavam em situação de rutura financeira e que o governo entendeu agora destinar para servir de banca. É bom dizer que no FAM, quem paga os empréstimos são os municípios, não é dinheiro concedido gratuitamente. O montante global que está previsto para apoiar estas 2^{as} habitações oscila entre 600 000€ a 700 000€. Também tenho de dizer com toda a clareza, que acho que algumas pessoas instruíram as suas candidaturas, mas quando forem chamadas para assinar o contrato talvez algumas recuem, porque a taxa de financiamento neste município, que é maior do que noutros, como está descrito no regulamento, diz que até 50 000€ financiamos a 50%, de 50 000€ a 70 000€ é de 35 a 40% e de 75 000€ a 100 000€ é a 30%. A generalidade dos municípios que têm regulamentos, ou tem um financiamento até aos 50 000€ ou no máximo até 80 000€ a 40%, ninguém chega ao patamar dos 100 000€. O nosso apoio é gradual, mas como se lembram colocamos uma condição: que o dinheiro público entra depois da pessoa ter ter



Sessão ordinária 02-09-2019

entrado com a sua quota parte. Todas as pessoas foram devidamente esclarecidas pelos serviços ou pela administração na fase de submissão de candidaturas, toda a gente conhece as regras.

Não deixo de reconhecer que o sector da atividade que não ficou tão bem resolvido tem a ver com os pequenos agricultores. A generalidade das pequenas explorações que foram atingidas pelo incêndio, ainda continuam a sentir dificuldades oi porque as plataformas da DRAPC não têm a agilidade que era esperada ou porque os reembolsos demoram muito tempo ou porque fizeram a candidatura e estavam convictos que estava tudo resolvido, quando os serviços do ministério da agricultura lhe devolveram a chamada, muitos não tinham rede de comunicação e as candidaturas caíram e não puderam ter o seu desenvolvimento.

Por fim, gostaria de deixar uma nota final, em matéria que está para ser publicitada para discussão pública que tem a ver com o plano estratégico de reabilitação urbana da ARU de Tondela. A sua discussão decorre nos termos da Lei e é nosso propósito a seguir à Ficton, fazer uma sessão pública com a equipa técnica para explicar, ouvir sugestões sobre o documento. É um documento estratégico, que visa criar mais incentivos à reabilitação urbana, mas tem um lastro muito mais exigente e abrangente, tem a ambição de estimular a atividade económica, nomeadamente no comércio e serviços, como também irá refletir e cruzar-se com outros documentos, nomeadamente os associados à mobilidade e a criação dos transportes urbanos de Tondela em algumas linhas flexíveis e noutras pendulares de acesso às Zonas Industriais, para contribuir para a descarbonização.

Continuou, de seguida, com a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 4 e 5).

Procedeu, depois, à exposição em imagens das atividades da câmara, decorridas entre junho e setembro.

Foi aberto um período de intervenções. Interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados municipais, as minhas saudações.



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 02-09-2019

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including a circled 'R' and a signature that appears to be 'Alcides'.

Queria começar por fazer alguns comentários à intervenção do senhor presidente da câmara, na medida em que ele também fez às intervenções anteriores.

Subscrevo a posição em relação à não existência de um posto da rede REPA, na área do município de Tondela. Subscrevo as críticas de quem tomou a decisão e acho que é uma situação que no futuro não pode acontecer. Se calhar, não vale a pena falar muito disso, eu até escrevi sobre a questão da greve, e parece que se em Portugal, quem achou que as greves cirúrgicas têm muito interesse por agitação política, os dados que se passaram em relação aos sindicatos dos motoristas das matérias perigosas conhecidos, são esclarecedores, do que poderia haver atrás disto tudo. O presidente do sindicato é uma pessoa que tinha uma empresa de transportes de matérias perigosas, no dia em que foi decretado a insolvência, o sindicato é criado. O porta voz, sendo porta voz ou advogado estava perfeitamente nas suas condições, acaba por aparecer como vice-presidente do sindicato. Parece que o Ministério Público não está de acordo, como é um problema da Lei, o problema deverá ser resolvido nos termos jurídicos. Claro que depois, houve medidas. Claro que algumas pessoas criticaram as medidas praticadas pelo governo. Não medidas do governo, não são minhas, não sou advogado de defesa do governo, mas, é curioso que são os mesmos que tinham dito que o governo não tinha feito nada quando foi a greve de abril. Quanto à questão do posto REPA, é uma minha situação que não se pode repetir se voltar a haver uma situação destas. Um concelho da dimensão de Tondela, não pode estar nesta situação.

Em relação à proposta do grupo de trabalho sobre as questões de assistência social, estamos disponíveis para participar nisso. Não é agora que alguém vai discutir em termos das pessoas responsáveis o que quer se seja que a gente lhe mande, mas que a partir do dia 7 de outubro há muito boas condições para que as tomadas de posições cheguem e que sejam entregues aos seus destinatários e que tenham outra aceitação. De qualquer modo, sei que tem havido ao longo dos últimos tempos, por causa das alterações dos salários mínimos, alguns encontros com representantes da sociedade social e parece que está mais ou menos a decorrer ou no início um processo de negociação sobre as alterações de tabelas. Mas, queria deixar aqui uma nota, às vezes quando queremos deixar ressaltar coisas e é bom que ressaltemos naquilo que temos responsabilidade, também nos temos



Handwritten initials and signatures in the top right corner.

de lembrar de algumas coisas. Queria lembrar às pessoas do PSD, de um senhor deputado pelo círculo da Guarda, vai fazer agora sete anos, que dizia que pessoas como eu eram a chamada peste grisalha, o que isso representa de consideração e entendimento daquilo que é das pessoas que tem mais idade. Só lembrar estas coisas, porque de facto o apoio domiciliário, como disse aqui o senhor presidente, é uma questão indispensável e é melhor que a sistemática institucionalização das pessoas, por razões todas e mais alguma, de dignidade pessoal. Acho que o apoio domiciliário deve ser daquelas valências o mais desenvolvido possível, na Segurança Social, sobretudo quando estamos a caminhar para uma população com acentuado envelhecimento. Nesse sentido, a questão que se põe hoje, por exemplo, com as limpezas das faixas de combustíveis e o crescimento dos matos, têm muito a ver com o envelhecimento da população. Depois as empresas que podem fazer trabalhos desses, com a falta de mão-de-obra, que não conseguimos fazer nos próximos tempos se não houver alguma imigração que possa desempenhar essas funções. Não há hipótese nenhuma em termos de evolução populacional, atendendo ao envelhecimento e à baixa de natalidade que está a condicionar o crescimento económico do país.

Em relação ao memorial dos incêndios, acho muito bem que se faça. Sem memória não há futuro. Esta foi uma tragédia que se abateu sobre a nossa região e especialmente sobre o concelho de Tondela. É bom que se tenha a noção de que isto aconteceu, para o futuro, da mesma forma como se fez o monumento ao Emigrante, que hoje não tem o impacto que tinha de na altura que foi criada a emigração, mas a situação não quer dizer que não exista e que se evoque aqueles que o fizeram.

Aquando da votação do Plano de Atividades e Orçamento, fizemos uma proposta de redução de IRS. Até hoje, não tinha tido nenhum contacto com algumas pessoas que pudessem estar nessa situação. Por razões indiretas de um filho meu, que está no estrangeiro e vai voltar, ao fim de 14 anos, apercebi-me que ele como outras pessoas com quem falei, nas mesmas situações, em vez de passar a ter domicílio fiscal no nosso concelho, escolheram o domicílio fiscal em Viseu, porque tem redução de IRS de 1%. Portanto, deixo aqui a questão para pensarem para o futuro, já que hoje se falou em tanta reflexão. O concelho de Tondela não pode só querer fixar pessoas que ganham o salário



Arred
R
S

mínimo. Se quer fixar quadros, tem de começar a pensar que estas coisas têm alguma importância.

Aprovamos uma alteração ao Plano de Investimento Plurianual, que incluía o alargamento da estrada entre Fragua e Sabugosa, gostaria de saber quando isso pode avançar. Falamos nas limpezas das faixas de combustíveis, pedia à Câmara, no sentido de um alerta, passo muitas vezes naquela estrada, a estrada já por si é apertada, mas há zonas onde o crescimento, porque os proprietários não limpam e alguém tem de o fazer, sobretudo na zona quando se passa por Sabugosa, no cruzamento para Santa Ovaia, onde as mimosas e as silvas tiram a visibilidade em duas curvas que são bastante perigosas. Alguém tem de tomar medidas. Se os proprietários são localizáveis, apresentar-lhe a conta depois. É um risco para a segurança rodoviária.

Como sabem não resido aqui, pelo que não ando a ver, mas fui ao café e adquirir um pacote de pastilhas e fiquei com a embalagem na mão. Queria colocar a embalagem numa papeleira, para não a por no chão à portuguesa. Não encontrei aqui nenhum mobiliário urbano. Não é assim tão caro, meia dúzia de papeleiras nesta zona, se calhar um bom ato educativo.

Não sendo responsabilidade direta do município, venho aqui levantar a questão dos ecopontos. Para além de poucos, o que já foi falado numa reunião e visita que fizemos ao Planalto Beirão, nesta altura acontece que estão muito cheios, sendo a recolha demorada, pelo queremos ir despejar e não temos onde. Era altura, do Planalto Beirão, bem sei que o serviço seja caro, mas é necessário que o serviço seja prestado. E já agora, que os oleões que parece que o Planalto tem alguns, cheguem mais longe, a algumas freguesias, para que as pessoas não andarem de garrafão de óleos usados para vir trazer a Tondela, sendo um convite para que as pessoas despejem para onde não devam. Disse.”

Seguidamente, interveio o membro Martinho Loureiro:

“Senhor presidente da mesa, restantes membros da mesa, senhores deputados, vereadores, bom dia a todos.



Clare
R

Sou um observador atento das atividades da câmara e todas elas merecem o meu reconhecimento por aquilo que é feito. Há uma, em particular, que queria enaltecer, nomeadamente a questão do aproveitamento da escola primária de Santiago de Besteiros para abrigo de peregrinos e segundo aquilo que foi dito, aqui, pelo senhor presidente da câmara, para apoio a outras atividades que possam vir a acontecer, que saúdo. Lembro que essa utilização, para que não haja equívocos, deveria ser devidamente regulamentada, ou seja criar um regulamento de utilização, para que não haja nenhum equívoco de uma entidade pedir para uma determinada atividade e depois ser recusado por não haver regulamento, pelo que acho que deveria imediatamente ser posto em prática, para dar operacionalidade à utilização.

Aproveitando a oportunidade e porque foi dado um bom destino a uma escola que estava inativa. Há lá muitas outras, nomeadamente a escola de Lourosa, local em que pode ser dada uma grande atividade. A Junta de Freguesia tem um projeto de intenção aprovado, em assembleia de freguesia, da criação de um ecomuseu naquela localidade, pelo que faço essa sugestão para que lhe seja dado um bom destino o que dignificaria as gentes daquela terra.

Relativamente às atividades da câmara, há um aspeto que queria levantar, discriminar cidadãos do mesmo concelho é uma coisa muito feia e penso que a câmara, os responsáveis da câmara, o senhor presidente da câmara, não sei de sabe onde fica a rua de S. Miguel ou a rua das Fontainhas, mas posso dizer-lhe que é logo a seguir à rua dos Pioneiros de Avicultura de Campo de Besteiros, junto ao Redonho, da freguesia de Campo de Besteiros e logo a seguir á a rua de S. Miguel, de Lourosa, Santiago de Besteiros. Tem uma extensão de cerca de um quilometro. O que foi feito ali, fruto de uma manifestação pública das pessoas do Redonho e da Corte de Campo de Besteiros, durante cerca de 3 ou 4 anos, passava lá com frequência e via-se uns cartazes bem visíveis, atendendo que as pessoas sofriam muito por aquele espaço estar degradado. Acontece e bem que alguém teve a coragem de iniciar as obras de recuperação daquela estrada, que tem grande movimento de pessoas. Os cartazes que foram ali colocados servem também para as pessoas da aldeia seguinte, que se servem da mesma maneira daquela rua, daqueles buracos, daquele lugar que estava degradado e também são merecedores desse



Ass.
P. B.

apoio. Só que, inacreditavelmente, pensei que as obras eram para completar-se, fazer o restante, no limite da freguesia de Campo de Besteiros acabou o alcatrão. Os buracos são os mesmos, de facto a freguesia é diferente, mas creio que aquilo é uma obra municipal, penso que o presidente da Junta de Freguesia de Campo de Besteiros reconhece como sendo uma obra municipal, que não foi a custos da Freguesia de Campo de Besteiros. Senão reconheceria que Campo de Besteiros resolvesse os seus problemas e o presidente Agnelo revolvesse os de Santiago de Besteiro. Mas, creio que não foi o caso, que é uma obra municipal, portanto o município de Tondela não termina no início da rua de S. Miguel, de Lourosa e, portanto, continuam por aquele quilometro os buracos, sendo até mais graves, porque as tampas de saneamento estão mais elevadas. Acho que é uma discriminação perfeitamente lamentável que existe àquelas pessoas que ali vivem. Aquela gente não pode ser tratada dessa maneira. Penso, que o senhor presidente da câmara tem aqui a oportunidade de contar, porque é que o alcatrão acabou naquele sitio e porque é que aquelas pessoas, da povoação de Lourosa foram discriminadas. Muito obrigado.”

O membro Abílio dos Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente, senhor presidente da câmara, senhores deputados, senhores vereadores, público.

Queria evocar, aqui, alguns aspetos das atividades da câmara. No campo desportivo, realçando o êxito da Rampa do Caramulo e dos Jogos Desportivos. Na minha perspetiva pessoal, entendo que a Rampa do Caramulo pode e deve ser dissociado do Motorfestival. Acho que são coisas diferentes e o Caramulo necessita de muito movimento para ser aquilo que foi no passado.

No campo económico, a exposição do Tondela Brancos. Foi este ano bastante melhor do que no ano passado e numa exposição de vinhos não deve ser só expostos os vinhos da região. Os vinhos das outras regiões vêm dar um maior realço aos nossos próprios vinhos, tanto em termos comparativos, como de análise.

No campo social, fiquei bastante contente com o fim do ciclo da recuperação das 1^{as} habitações, afetadas pelo incêndio de outubro de 2017. Mas perante aquilo que o



Caril
R Jm

senhor presidente disse, tenho a dizer que considero que a casa de um emigrante não seja uma casa secundária. Nalgumas situações poderá sê-lo, mas um emigrante que sai da sua casa em Portugal e vai viver para o estrangeiro, que regressa mais tarde no ciclo de velhice e que a sua casa ardeu. Para mim, a sua casa continua a ser de 1ª habitação. Aqueles que tem as suas casas lá ou que cá tenha mais do que uma, aí é diferente. A casa que o emigrante tem é de 1ª habitação, é aqui que fez a sua vida, mas por motivo de trabalho têm de se ausentar, não tendo culpa que em Portugal não tivesse encontrado as condições que encontrou no estrangeiro.

No campo cultural, houve três realizações importantes. A primeira o Tom de Festa, que foi um excelente festival de musica, à semelhança de anos anteriores. Mais uma vez, verifica-se o enorme trabalho que a ACERT desenvolve, tanto em Tondela, como no país e no estrangeiro. Os meus parabéns à ACERT e à Câmara Municipal que fez o cofinanciamento. Um evento que muitos podem julgar pouco importante, mas que eu acho muito importante que é o concerto feito em Tondela, junto ao café Vitória, infelizmente já desaparecido. Com muita magoa minha e da maioria dos Tondelenses da minha geração, o fecho do café Vitória é um marco terrivelmente desmotivante para nós. Tondela, naquela zona está a desaparecer. Outrora pujante, o centro de Tondela está a definhar, salvando apenas o pequeno antigo comércio, hoje grandemente ultrapassado pelas grandes superfícies e alguma economia gerada nos restaurantes e cafés vizinhos pelos utentes, de cerca de 500 utentes da Escola Profissional de Tondela. Quando isto desaparecer, aquela zona desaparece também. Estou a criar em mim um sentimento de profunda tristeza como o desaparecimento do café Vitória. Não pertence à Câmara envolver-se em assuntos privados, mas gostaria imenso o que é Café Vitória, restaurante O Solar, que são duas referências em Tondela, fossem brevemente reabertas.

Festas da Mata, à semelhança do ano anterior e do tempo inseguro que iam quase estragando as festas, as mesmas decorreram com muito brilhantismo, muita afluência de público, com uma organização perfeitíssima. A presença simbólica de Simone de Oliveira nas festas deste ano foi marcada indelevelmente não só pela excelência das suas musicas, como também pela excelência da sua natureza feminina. Os meus parabéns à organização



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 02-09-2019

Handwritten signatures in blue ink.

e à Câmara Municipal de Tondela pela ajuda prestada, não só pelo apoio logístico e penso que também orçamental como também pela organização do 25º Dia do Emigrante.”

O membro Regina Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Bom Dia,

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

Após a excelente e detalhada apresentação realizada pelo Sr. Presidente da Câmara. Tondela está agora um concelho mais dinâmico.

Durante o período de tempo que decorreu entre a assembleia anterior e o dia de hoje, pudemos verificar um conjunto de iniciativas que decorreram no nosso concelho.

Trouxeram uma mais-valia na dinâmica cultural, comercial, lúdica, de convívio, ao setor educativo e ao turismo local.

Felizmente foram muitas e provavelmente pecarei por defeito, contudo quero nesta intervenção focar as que provavelmente tiveram um maior acolhimento por parte da nossa comunidade.

Foram muitos os eventos etnográficos e arraiais populares que aconteceram no nosso concelho e que se revestem de vital importância para a nossa cultura, pois para além de promoverem o nosso concelho por este país fora, também fomentam as nossas tradições, convívio e relacionamento interpessoal.

Paralelamente a estes eventos, aconteceram inúmeras festas populares que tão bem promovem o bairrismo saudável com a diferentes freguesias e localidades do nosso vasto território.

Por estas razões não podemos ignorar os apoios do município, que tantas e tantas vezes passam despercebidos à sociedade em geral, mas que são de extrema utilidade e importância.



Cláudia
Rafael

Falamos obviamente de todas as estruturas logísticas que são facultadas nestas realizações.

A realização do passeio ao Santuário de Fátima que juntou cerca de 2500 seniores do nosso concelho e que aos mesmos proporcionou grandes momentos de alegria e de convívio.

Para muitos deles é a única oportunidade que têm para se deslocar ao Santuário.

A 29.ª edição da Rampa do Caramulo que constitui uma das mais emblemáticas provas do calendário automobilístico nacional e que contou com cerca de quatro dezenas de participantes.

O Tondela Brancos que contou com um conjunto de ações das quais se poderão destacar a animação, a gastronomia e claro, a promoção do vinho branco. Toda esta temática torna este evento único e diferenciador, de um produto que tem vindo a conquistar pontos nos últimos anos. É caracterizado por uma enorme dinâmica e valorização, numa região que já foi apelidada de “Terras dos Vinhos Brancos”, pela excelência da sua produção.

Fica o justo reconhecimento e o desejo que este evento continue a crescer e a valorizar tão importante setor de atividade do nosso concelho.

O dia dos Jogos Desportivos!

O parque urbano foi palco do Dia dos Jogos Desportivos.

Foi um dia pleno de diversão e de convívio entre diferentes gerações, que ao longo de três meses, participaram ativamente nas diversas modalidades deste grande evento.

A celebração do dia dos avós!

Esta atividade envolveu cerca de 250 avós, oriundos das várias associações do concelho de Tondela, foram homenageados neste momento intergeracional, de convívio e de partilha entre avós e netos!

Dia Internacional da juventude, celebrado no dia 12 de agosto e com um “*Sunset Pool Party*”. Dia repleto de boas energias e grande diversão!



Caril
Q
As

Celebração do dia do emigrante.

Foram assinalados os 25 anos do monumento do emigrante, com uma cerimónia evocativa junto à estátua do emigrante com o objetivo de trazer, também, à memória coletiva a história do mesmo monumento.

Por último, e não menos importante, a Câmara Municipal de Tondela adjudicou da empreitada de requalificação e ampliação da Zona Industrial de Tondela, com um investimento de três milhões.

É um importante investimento, pois continua-se a apostar no desenvolvimento local com criação de postos de trabalho na nossa região, que conseqüentemente leva à fixação de pessoas!

Termino a minha intervenção, deixando o meu profundo reconhecimento, a todos e a todos que contribuíram para estes, e outros sucessos. A todas elementos que integraram as comissões de festas, aos funcionários do Município, aos responsáveis pelos eventos do município, ao executivo, que nunca vos falte ambição para continuar este trabalho meritório que todos realizam”

O membro Vera Machado interveio para dizer que relativamente à proposta, do senhor presidente da Câmara, de criação de um grupo de trabalho, referiu que o PSD está sempre disponível. Efetuou uma proposta, dada a urgência da questão, criar nesta assembleia o grupo para que possa reunir, para que houvesse aplicabilidade prática na próxima assembleia municipal. Referiu que a sua proposta, seria uma composição de quatro membros do PSD, dois do PS e um do CDS.

O membro Agnelo Laranjeiro interveio:

“Senhor presidente, permita-me que teça, aqui, duas breves considerações em relação àquilo que o meu amigo e conterrâneo Martinho acabou de proferir. Folgo, primeiro, por continuares atento às atividades do concelho e particularmente às atividades da freguesia de Santiago de Besteiros.



Cláudio
Rui Santos

Em relação ao regulamento que proferiste da recente criação do albergue. Esse regulamento está feito, conjuntamente com a Câmara Municipal. Tive o apoio direto do vereador Pedro Adão e será submetido à aprovação da assembleia de freguesia, durante o mês de setembro.

Em relação à escola básica de Barrô, seguramente que a câmara municipal e a junta de freguesia saberão encontrar soluções, tal como encontraram em relação às escolas primárias de Muna e recentemente de Santiago de Besteiros.

Em relação à criação do Ecomuseu, é algo que temos vindo a falar, na sede da assembleia de freguesia, desde há muitos anos a esta parte. E o que se tem falado, pelos sucessivos membros que por lá têm passado, contigo incluído, nunca foi sugerido a criação desse ecomuseu na escola primária de Barrô. Foi, sim, sempre proferido por todos, sendo mesmo a sensibilidade geral, mesmo da população, que seja criado e feito junto à sede da freguesia, nomeadamente na parte do laranjal e agora da casa da Anabela, que se adquiriu, onde estão todos os serviços aglomerados, da freguesia, centro social, pavilhão desportivo, jardim de infância. Faz todo o sentido que seja criado esse espaço, porque fica tudo junto, num espaço único urbano com proximidade e não em Barrô.

Mas, fico contente por continuares a querer participar nos interesses da freguesia de Santiago de Besteiros. Obrigado.”

O senhor presidente da câmara respondeu às várias intervenções:

“Deputado Rui Santos colocou a questão da devolução do IRS, como se isso fosse um fator significativo e determinante para a atração de quadros superiores e não só, daqueles que recebem mais do que o ordenado mínimo nacional. Relembro que metade da população não paga IRS, mesmo aquele, e muitos, que tem vencimentos bem superiores ao ordenado mínimo nacional. Como me colocou uma questão pessoal, permita-me que devolva com essa questão pessoal, em boa verdade o seu filho vive em Viseu ou aqui em Tondela? (o membro Rui Santos respondeu que vive em Viseu). Essa é a questão de fundo. O domicílio fiscal é o sítio onde se habita. Admitamos que queira residir em Tondela. Falando genericamente, ter 3 000€ de devolução de IRS, implica que já tenha um vencimento familiar superior a 5 000€/mês, estamos a falar de quadros bem remunerados. Para atingir este valor de IRS, 5% representa a 150€ de diferença no IRS. Se a opção de residência é saber se tenho mais 150€ /ano de devolução, me fazem tomar



Cleub
Q
J

uma opção de residência no concelho A ou B, em função de outras variáveis, nomeadamente o acesso à habitação, a proximidade aos serviços, os serviços de educação e cultura que se tenha. Essa reflexão, julgo, que um dia deve aqui ser feita.

A questão que registo e me associo, que em próxima crise energética não se compreende que não haja um posto REPA. Sublinho que tenha essa posição, porque há outros membros do seu partido que aparentemente, de forma escrita, perguntam para que serve. Portanto, sublinho essa apreciação.

A questão da papelreira, se foi ao Trevo da Sorte, no outro lado da rua tem um ecoponto. Na rua Lannemezán temos papelreira. Se serão suficientes ou não, é uma avaliação, mas é o que é.

Já agora que falamos em resíduos, oleões e ecopontos, permita-me que desenvolva um pouco mais algumas questões. É sabido que a Associação de Municípios do Planalto Beirão está a duplicar o número de ecopontos que estão instalados. Já o disse aqui e retomo hoje este tema, a par desta questão, temos de nos preocupar sobre a TGR, taxa de gestão de resíduos. As diretivas que o Estado Português acordou com a Europa, obrigam que em 2021, as generalidades dos sistemas de tratamento tenham uma deposição em célula, ou seja lixo enterrado, muito abaixo do que aquilo que hoje acontece. Hoje temos cerca de 120000 toneladas por ano de resíduos que encontram no sistema de tratamento do Planalto Beirão, destas não atinge 10% o montante de resíduos valorizáveis recolhidos em sede de ecopontos. Não chega a pouco mais de 4 000 toneladas os resíduos que entram na central de valorização orgânica, que sabemos todos nós que estas centrais são altamente complexas para o seu funcionamento. A circunstâncias das pessoas juntarem todos os lixos orgânicos, atendendo que vão areias, por exemplo, associadas às varreduras, como calor estes cristais juntam às paredes e formam uma película que impedem que o ciclo de transformação possa prosseguir. Quer isto dizer que não há muita esperança naquilo que as centrais de valorização orgânica possam contribuir. Faço esta observação no sentido de todos poderem refletir. Hoje já se paga quase 10€ por cada tonelada que é depositada em aterro. Tudo aponta que nos próximos 2 / 3 anos este valor duplique. E, isto sim deve ser a preocupação. Por mais sensibilização que todos façamos, como vamos gerir os resíduos, por mais duplicação de ecopontos que exista. Vejo que as pessoas em vez de espalmar o cartão para os colocar dentro do ecoponto, havendo lá



Alcub
R
Jm

espaço, é mais fácil depositar ao lado, porque alguém o irá fazer. É obvio que muitas das vezes, com chuva ou orvalho aquele cartão que poderia ser valorizado, depois de molhado já não vai servir para nada, transformando-se em resíduo vulgar.

Vai existir uma campanha forte de sensibilização, mais uma, para que as pessoas tenham essa perceção. Mas, há um trabalho muito forte a fazer. Vejo muitos ecopontos mal geridos do ponto de vista do utilizador que não coloca os resíduos devidamente dentro do ecoponto.

As novas linhas de pensamento do país, apresentadas pelo POSEUR, vão para o tratamento de bio resíduos. As medidas que hoje estão a ser pensadas são essencialmente para os grandes centros urbanos. Por estudos feitos não vamos conseguir tirar com os bio resíduos mais de 4 000 toneladas de aterro. O que são 4 000 em 120 000? Nós teremos de ter soluções, sob pena de continuarmos a caminhar para um funil sem saída, que é estar a pagar a TGR a preços de ouro, porque não temos soluções. Julgo, que é um problema que nos deve preocupar a todos. Teremos de pensar na produção de CDR, combustíveis derivados de resíduos. Muitos dos resíduos que entram nos nossos ecopontos, não estão em condições de serem valorizados. Oportunamente, trarei um ponto para refletirmos sobre as políticas ambientais, em sede de tratamento de resíduos, matéria que tenho vindo a aprofundar por força de responsabilidade em sede do Planalto Beirão e que me preocupa. Já não estou a pensar em mim, na minha governação ou governança. Estou a pensar em quem vier, o que vai ter a seguir se agora não se tomarem medidas que possam encontrar soluções para este tratamento.

Os Ecopontos estão a ser duplicados no nosso concelho. Haverá mais sete células enterradas que vão ser instaladas entre Tondela, Campo de Besteiros e Caramulo. Sobre oleões, pensamos nós que não é uma grande solução, a maior parte das empresas que os instala, depois deixa-os, porque não são rentáveis. Temos de admitir, no âmbito da nova concessão de recolha a efetuar em 2021, se vamos ou não ter uma nova variável para a recolha de óleos, que hoje neste contrato não existe. Há matérias que vamos todos ter de refletir, sob pena de qualquer dia ser mais caro a TGR do que a própria recolha.

Estrada Sabugosa / Fráguas, para quando tivermos o projeto. Neste momento estamos a ultimar obras do FSUE, que têm de ter prioridade porque tem financiamento.



Ceul
P
J

Após esse projeto, teremos o da Variante futura da Zim do Lajedo e outros que estão em curso.

Por falar na Zim do Lajedo, o deputado Martinho coloca a questão porque é que há pessoas que são discriminadas. Só quando se tem uma perceção que queremos atingir a discriminação é que a evocamos. Aqui, vivemos num concelho de inclusão. Tivemos que fracionar os trabalhos em dois momentos. Não é só o trabalho de pavimentação dessa rua, o loteamento que está a seguir, como também está em causa a pavimentação do acesso de Lourosa à Zona Industrial, que o senhor não teria como informação, e tudo fará parte da mesma empreitada. Se num primeiro momento tínhamos previsto fazer as pavimentações prolongando só nessa rua, do Redonho até à entrada de Lourosa, cerca de 400 metros. Agora, temos uma ambição maior, não só essa pavimentação como estendê-la à Zim. Conversa essa há muito tempo trabalhada com a junta de freguesia, explicado o porquê destas opções. Iremos lançar uma nova empreitada que inclui estes trabalhos, também a requalificação da entrada da Zim até à rotunda da EM 628 e a remodelação do abastecimento de água à Zim do Lajedo. Vamos querer trazer a água do reservatório uma conduta dedicada que virá pela Variante do Lajedo até à Zona Industrial. Ainda incluirá a extensão de mais duas ruas dentro da Zim.

Senhor Abílio, uma casa de um emigrante não é 2º, para ele é 1ª habitação. Muitos pensam assim. A legislação que foi criada diz claramente, que uma habitação própria e permanente é aquela onde se verifica domicílio fiscal e ser proprietário, com a exibição da certidão matricial. Se o emigrante não tem domicílio fiscal naquela casa, a casa não é 1ª habitação. Por essa razão é que alguns emigrantes não viram as suas casas serem ilegíveis, idêntica situação de uma pessoa que esteja numa casa arrendada noutra localidade, porque aí trabalha, que vem cá todos os fins de semana, mas como o seu domicílio fiscal é noutra localidade é lá que está a sua 1ª habitação.

Café Vitória / Solar, o que nos queremos, todos nós gostamos, mas há uma coisa que se chama atividade económica. Nenhum de nós está impedido de investir, de comprar ou explorar. Felizmente, o café Vitória não desapareceu. A exploração da atividade económica é que supostamente cessou no dia 1 de setembro. Naturalmente, os proprietários têm todas as condições para o poder dinamizar. Talvez se percebermos o que há pouco expliquei sobre o PERU, iremos perceber que não queremos só atingir a



Cláudia
Pa
Bry

habitação. Volto a dizer, dentro deste perímetro, o IVA de reconstrução é de 6%, em vez dos atuais 23%. Haverá estímulos em sede de IMT e de IMI e para algumas áreas comerciais admitimos regulamento específico de apoio à renda. Os instrumentos fiscais são connosco, a iniciativa económica é com os cidadãos.

A deputada Regina trouxe um conjunto de iniciativas que de facto são bem vincadas naquilo que é a atividade do município e que, como bem referiu, se deve muito ao tecido associativo do nosso concelho, à força do voluntariado e à generosidade das pessoas. Muito obrigado.”

2.2 Análise, discussão e votação das transferências de competências para as autarquias locais

O senhor presidente da câmara interveio:

“As matérias de transferências de competências já as abordámos aqui com muita profundidade. O município já trouxe aqui uma proposta onde esta assembleia se pronunciou acerca da aceitação da transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal, pelo que esse assunto está encerrado.

Sobre esta presente situação, convém reforçar o seguinte, quando o título diz aceitação de transferências, dá ideia que é uma variável ou que está nas nossas mãos, aceitar ou não. Em boa verdade este título deveria dizer aceitação já das transferências de competências ou em 2021. À luz do que está publicado, quer queiram quer não. As transferências foram transferidas. O que está em causa é o prazo em que isso vai acontecer. Da última vez que foi deliberado positivamente sobre esta matéria, naquelas que se reportam à CIM, todas as demais entendemos que havia necessidade de se aprofundar os instrumentos e acima de tudo, em alguns casos, ainda não eram suficientemente conhecidas as variáveis que lhe estavam associadas. À data de hoje, de todas as transferências, algumas para as freguesias e a esse propósito já reunimos com as freguesias e tem que haver um processo negocial de entendimento ou não, mas aí a Lei já é mais clara, se não houver entendimento nunca há transferências. Aqui não, de todas elas, no domínio do Decreto-Lei 104/2018 que tem a ver com as lojas do cidadão e espaços de cidadão, no atual quadro, tendo nós trabalhado ao longo de vários anos com a



Caril
R
Jony

Agência de Modernização Administrativa para delinear o modelo de loja do cidadão, não se nos afigura como crítica essa transferência de competência. Estamos a trabalhar nela, é para nós aceitável que a possamos tomar.

No quadro do Decreto-Lei 105/2018, que tem a ver com a transferência de competência na habitação, sendo verdade que o Estado não tem em Tondela nenhuma habitação de sua gestão ou propriedade na esfera social. Tinha no Bairro de Fomento de Habitação, localizado no Bairro da Noruega, neste momento o Estado já não tem habitação. Tinha, também, duas no Caramulo, no Bairro do Fomento, que também já connosco foram alienadas. Mas, temos interesse em aprofundar alguns eixos de financiamento para a habitação, nomeadamente a custos controlados ou habitação de renda apoiada, no âmbito do programa 1º direito. Razão pela qual e fruto de reunião dita com a senhora secretária da habitação, estamos a trabalhar numa estratégia local de habitação, instrumento de planeamento, sem o qual não pode haver contrato com o IRHU. Por essas razões todas, parece-nos que não há risco de maior em se aceitar esta competência.

Por fim, a de que resulta do Decreto-Lei 106/2018, que tem a ver com o património, imobilizado e mobiliário público abandonado. No concelho de Tondela, sob pena de ter falhado algum que não conheça, existe património do Estado abandonado em Santiago de Besteiros, antiga casa da guarda, e no perímetro florestal do Caramulo. Existia o antigo senatório infantil do Caramulo, que hoje o município já tem um contrato de comodato. Tendo em conta alguns edifícios abandonados, parece-nos que podemos tomar este ponto de partida.

O que aqui vos trazemos é a aceitação de competências nos espaços de cidadão e lojas de cidadão, no domínio da habitação e na gestão do património e imobiliário devoluto ou abandonado do Estado.

Hoje, ainda não está fechada a proposta sobre descentralização de competências no domínio social. Está uma base de proposta para discussão pública entre a ANMP, que estamos a analisar a evolução. Outras como é sabido ou são ineficazes, como é o caso de gestão de praias, ou são complexas por não serem sustentáveis, como é o caso da saúde



Cearl
P
3

animal. Julgo que enquanto isto não for clarificado não devemos avançar muito mais. Mas, já trouxemos aqui dados muito explícitos, no domínio da educação e da saúde. Essas sim são as áreas mais críticas.

No domínio da saúde constata-se que os serviços descentralizados não têm muita informação e que estão um pouco sob a gestão da tutela. Estão disponíveis para aprofundar o que for necessário.

Na educação, os dados já são muito evidentes. Transportes escolares, há data de hoje o município tem uma receita que é praticamente inferior a um terço daquilo que é a sua despesa total, em grande medida porque ainda se aplicam os modelos de cálculo de quando a escolaridade obrigatória era o 9º ano. Hoje a escolaridade obrigatória vai até ao 12º ano. Então não é aceitável que o transporte escolar seja gratuito para esses alunos. O Município de Tondela entendeu não cobrar a contrapartida de financiamento desses alunos. Por essa razão há um diferencial significativo. Segunda questão, aguarda-se que seja publicada legislação sobre a atualização das assistentes operacionais. Hoje o rácio de assistentes operacionais é manifestamente insuficiente face a uma escola que não é uma escola de há 20 anos atrás. No 1º ciclo, por exemplo, há 20 anos, abria as 9 horas e fechava às 12h30, voltava a abrir às 13h30 e fechava às 15h30. No final, as crianças iam para casa. Era suficiente uma auxiliar por escola. Hoje a escola tem de abrir às 7h30 ou 8 horas e fecha às 18h30, em muitos casos, que é quando as últimas crianças são recolhidas pelos seus familiares. Estas variáveis têm de entrar neste cálculo. O ensino especial, hoje, determina que tenhamos muitas vezes o apoio de uma pessoa para uma criança. Os de há 20 anos nada tem a ver com os de hoje. Pelo que é necessário recursos para essa qualidade que todos queremos. Estamos à espera que de facto seja afinado este modelo. Se olharmos para os edifícios, nós estamos a fazer a requalificação da 1ª fase da Escola Secundária, com dinheiro da Comunidade Europeia, em que a contrapartida nacional é assegurada parte dela pelo município. A Escola Básica de Tondela tem cobertura em amianto. A Escola Básica de Campo de Besteiros tem cobertura em amianto. É possível aceitar a transferências destes edifícios sem que previamente seja acautelada a reabilitação dos mesmos? É isso sensato? Da avaliação que fizemos o diferencial que existe há data de hoje é 1,8 milhões de euros, entre aquilo que se pode antever da receita e aquilo que são



Cláudia
Rui Santos

as responsabilidades do município para cumprir como uma educação de qualidade. Porque se é para fazer mal, deixe-se estar. São essas as razões que nos leva a dizer a esta assembleia que se devem manter as negociações, que devem os interlocutores procurar as melhores condições através da comissão de acompanhamento, sabendo que em 2021 não há como não exercer essas competências. Mas que se venham a exercer com as melhores condições negociais possíveis e por isso a nossa opinião é que não há condições para aceitação todas as competências, exceto as três inicialmente referidas. Obrigado”

O membro Vera Machado tomou da palavra:

“Relativamente a este ponto da ordem do dia, o grupo parlamentar do PSD acompanhará e votará favoravelmente a proposta do executivo, que aceita as competências relativas a loja do cidadão, espaço de cidadão, gabinetes de apoio à emigração, centro de locais de apoio de emigrantes, habitação e gestão de património imobiliário publico. Quanto às áreas de saúde e educação, tal como referenciado nas informações cedidas e constantes do relatório enviado, entendemos como prudente a postura do senhor presidente da câmara municipal, que excluindo as grandes obras nas escolas, não aceitará no imediato para os anos de 2019 e 2020 essas competências. Na medida que é urgente clarificar vários aspetos pois não estão asseguradas pelos respetivos recursos financeiros essenciais à sua concretização, continuando desta forma as negociações em curso.”

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente, membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria por começar de dizer que estou, aqui, numa posição difícil, como sabem. Não é a primeira vez que o digo aqui. Tenho enorme dúvidas sobre todo este processo, porque sou um regionalista e acho que isto fazia sentido com a conclusão de algo que será feito com certeza ao longo do próximo ano ou no final deste, que é a questão da regionalização. Percebia que isto estaria em condições de ser mais razoável. Mas esta é a situação, a minha posição pessoal não é só que vinga nestas coisas. Quero aqui dizer que vamos abster-nos nesta votação, porque neste momento é um facto que há incertezas, mas



Amil
Q
B

elas não se vão mudar significativamente com o protelamento de mais um ano. Tenho a minha posição crítica em relação a esta situação. Sei que há dificuldades. Como há e vejo, que não mudem a Lei, a obrigatoriedade de vir assumir em 2021, não sei se este protelamento trás vantagens ou não, em relação ao facto de se começar a preparar diretamente as questões mais cedo. O problema das transferências, que é aquilo que está subjacente a isto.

Em 2001, já se discutiam as transferências de competências nomeadamente em instalações para os municípios. Houve um Decreto-Lei preparado, e na altura havia um grupo de diretores regionais no país que interferiam diretamente com a questão das obras e o Decreto não avançou, porque os diretores regionais, eu era uma das pessoas que mais defendia isso, consideram que não estavam criadas as condições em termos de parque escolar para que se pudessem fazer esta transferência, na altura. A situação, hoje já é um pouco diferente, mas mesmo assim levanta dúvidas. Agora, o protelamento sucessivo, uma vez que se vai verificar, também temos dúvidas que possa trazer vantagens.”

Colocada à votação a proposta da Câmara foi aprovada por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Paulo Albernaz, Marta Marques, Martinho Loureiro, Mário Simões, e Carlos Ribeiro; e os votos favoráveis dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Teresa Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro e Paulo Roberto Carvalho

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Apreciação do Relatório do Estado do Ordenamento do Território



Pa
Juy

O senhor presidente da câmara referiu que, como era sabido, estava a decorrer o início de revisão do PDM, por determinação legal. Que o relatório é um documento técnico que avalia o estado do ordenamento, permitindo à equipa de revisão do PDM uma análise do território.

Não houve mais intervenções.

2.4. Outros assuntos de interesse para o concelho

Neste período foi efetuada a votação do voto de pesar apresentado pelo membro Vera Machado, pelo falecimento de Henrique Marques Gonçalves, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, , Rui Santos, Vera Machado, Paulo Albernaz, Abílio Santos, Ana Miroto, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Martinho Loureiro, Teresa Albuquerque, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

3-Período aberto ao Público

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Correia

O 1º Secretário: José António



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 02-09-2019

Cláudia
A
Sm

O 2º Secretário: *Florencio*

o novo,
Audi ①
G
B

Através de uma relação de proximidade à população e de cooperação com o Estado, as IPSS's procuram dar resposta a situações de emergência social e apoiar os cidadãos mais vulneráveis. Mas a sua atuação não se limita, apenas, ao setor social e solidário. Estas instituições assumem uma especial importância na dinamização das economias locais, desde logo na criação de emprego.

A ação das IPSS 's centra-se no assegurar da proteção social aos grupos mais desfavorecidos, nomeadamente crianças e jovens, idosos, pessoas em situação de dependência e pessoas portadoras de deficiência, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, sempre que as situações não possam ser superadas através dos regimes de segurança social, por intermédio das prestações sociais.

O percurso de cooperação entre o Estado e estas entidades no âmbito do pacto de cooperação para a solidariedade social é já longo, no entanto, há ainda lugar para muitas ambiguidades.

Atendendo às mudanças estruturais profundas estruturais provocadas pela grave crise económica e financeira que atravessámos, o papel das IPSS's é assim incontornável, ganhando uma nova dimensão. As situações de alarme social tornaram-se a cada dia mais visíveis e estas entidades são procuradas cada vez mais como centros de recursos para as resolver, as necessidades sociais relacionadas com situações de carência material, como pobreza, pobreza envergonhada e fome, bem como dificuldades em fazer face aos compromissos financeiros, aumentaram substancialmente nos tempos mais recentes, não se vislumbrando uma melhoria para os tempos mais próximos.

As IPSS, tanto de forma isolada como em colaboração, têm vindo a empenhar-se no combate a estas situações, e é importante que se perceba, que certamente sem o contributo destas entidades o panorama de agravamento social nestas matérias seria ainda mais dramático.

Cláudia
SR
João

Através da sua rede de serviços e equipamentos sociais tentam fornecer resposta a todos aqueles que dela necessitam, objetivo difícil de alcançar, dada a natureza evolutiva dos problemas e necessidades, dos direitos e das expectativas dos cidadãos.

Assim, os desafios que se colocam à atuação das IPSS aumentam a cada dia, não só na resposta às necessidades sociais crescentes, mas também no seu modelo de financiamento, uma vez que a escassez de recursos públicos atual e prevista para os próximos anos tornam o sistema atual irrealista e insustentável.

Deste modo, o grande desafio à sua atuação é continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada, onde os recursos públicos sejam uma entre muitas outras fontes de financiamento.

Naturalmente, o Estado continuará a ter um papel importante no modelo de financiamento, mas impõe-se o desafio de encontrarem formas de sustentação alternativas, para este setor de vital importância, o que obriga a uma rápida mudança de mentalidades.

Assim, a sustentabilidade financeira a prazo e a “sobrevivência” das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) passa pela “redução de custos”, pelo reforço da ajuda das instituições locais, nomeadamente do município e juntas de freguesia do concelho e empresas locais, pelo aumento das receitas próprias, no entanto atendendo às características das pessoas apoiadas que temos na Vários – Cooperativa de Solidariedade Social, a questão da criação de receitas é condicionada, são pessoas com grandes limitações físicas, quer ao nível da mobilidade, quer ao nível da deficiência mental.

A Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), realizou um estudo às instituições particulares de solidariedade social num contexto de crise económica, analisando várias problemáticas com que as IPSS’S se deparam

Cláudio
②
S
B

atualmente, designadamente a sua sustentabilidade económico-financeira, “assunto especialmente premente num contexto de redução da componente de financiamentos públicos”. Este estudo aponta para uma sustentabilidade financeira a prazo, e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS'S passa em larga medida, por estas serem capazes de encontrarem a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de quebra das transferências públicas. Por outro lado, salienta, as necessidades sociais relacionadas com situações de carência material, como pobreza, pobreza envergonhada e fome, bem como dificuldades em fazer face aos compromissos financeiros, embora tenham, ainda, uma magnitude não alarmante na sociedade, aumentaram substancialmente nos tempos mais recentes.

O grande desafio à atuação da nossa instituição é continuar a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada, onde os apoios públicos são uma entre várias outras fontes de financiamento. O papel da autarquia é fundamental e vem complementar a missão da nossa instituição bem como de outras. Assim, solicitamos ao município mais apoio, nomeadamente, isenção de taxas de saneamento e resíduos, reforço financeiro, sob a forma de subsídio mensal, para ajudar a suportar as despesas mensais e consequentemente ajudar a equilibrar financeiramente a nossa instituição e ajudar a criar condições para darmos resposta a outras situações urgentes que no momento e com as condições que temos não conseguimos resolver.

Vivemos no momento, uma situação de muita instabilidade financeira, temendo não conseguir dar respostas às situações mais básicas do nosso dia-a-dia.

Ab'l. o Responsável S D

01/09/2019
C
R
S

O PAN- Partido das Pessoas, Animais e Natureza vai propor no seu programa eleitoral para as Eleições Legislativas de Outubro um mini serviço Nacional de Saúde, para os animais de companhia, com a finalidade de se mudar significativamente a forma como são prestados os cuidados de saúde a estes animais.

Esta medida, mais do que minorar um pouco os elevados gastos com a saúde dos nossos animais de estimação, seria fundamentalmente útil para as Associações que recolhem e achocalem animais errantes e abandonados, e que com eles têm despesas exorbitantes.

Se para a tauromaquia, entretenimento que na minha perspetiva há muito devia ser abolido do nosso País, e que se destina exclusivamente a matar animais, foi possível reduzir a taxa de Iva de 23 para 6%, muito mais fácil e humano será, que o Estado crie um serviço para defender e proteger, os animais que conosco convivem diariamente.

Como defensor e amigo, que sou dos animais, subscrevo na íntegra, esta proposta do PAN

Tondela, 01 de Setembro de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

ex nro 3
Cláudio R

AS

A GREVE DOS MOTORISTAS DE MATERIAIS PERIGOSOS

Sete dias depois de ter começado a greve dos motoristas de materiais perigosos, no passado dia 12 de Agosto, a mesma terminou, quase uma semana depois, sem honra nem glória para o sindicato que a promoveu.

Foi uma pesada derrota para este, e uma vitória clara e inequívoca para o governo de António Costa.

De forma cautelosa e responsável, os problemas foram-se resolvendo, e a grande maioria dos portugueses, que a princípio se atemorizaram com as prováveis e nefastas consequências que tal greve lhes acarretaria, rapidamente se aperceberam que a situação, para bem do País e dos portugueses, estava normalizada.

Os meus parabéns por isso, ao Governo da Nação pelo excelente trabalho realizado.

Tondela 01 de Setembro de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

a Nexo \$ *Paul*
R
fs

Como negativo, e de certo modo desprestigiante para a nossa cidade, a não inclusão de Tondela, nos postos de abastecimento de combustíveis obrigatórios durante a greve dos motoristas. A dimensão de Tondela, no Distrito de Viseu, não só sob o ponto de vista geográfico como ainda sob o ponto de vista populacional, merecia outro tratamento.

Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva Viseu e Vouzela, tiveram melhor sorte.

Com certeza, que o Senhor Presidente da Câmara, que também se mostrou bastante chocado com a situação, saberá melhor do que ninguém, o que motivou esta deselegância para com o nosso Concelho.

Tondela, 01 de Setembro de 2019

Abílio Rodrigues dos Santos

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 23 de agosto de 2019.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01/01/2019 e 23/08/2019)

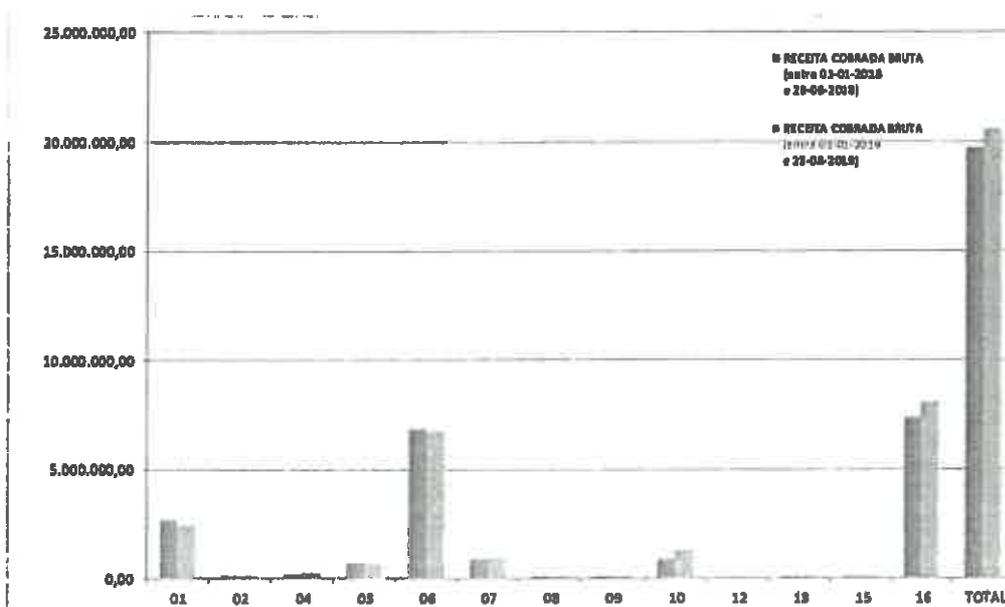
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA CORRIDA BRUTA	GRÁU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (54,31%)	PESO DA EXECUÇÃO REB NA RECEITA TOTAL
CLASSIFICAÇÃO			(%)	(%)	(%)
Receitas Correntes	19.511.058,48	11.162.356,92	57,16%	-7,22%	54,14%
01 IMPOSTOS DIRECTOS	4.501.114,13	2.436.276,12	54,17%	-10,21%	11,04%
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	88.048,26	58.076,25	65,96%	1,58%	6,28%
04 TAXAS, MULTAS, O PENALIDADES	251.981,09	251.800,63	99,96%	35,58%	1,22%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.306.363,00	691.923,72	62,88%	-11,90%	3,36%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.435.950,00	6.751.789,54	69,04%	-5,34%	32,78%
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.812.398,00	923.855,04	60,97%	-13,41%	4,49%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	113.203,00	36.586,62	32,30%	-32,08%	0,18%
Receitas de Capital	16.033.586,00	1.399.014,80	8,48%	-65,91%	6,60%
09 VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	28.805,87	137170,81%	137106,43%	0,14%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16.003.562,00	1.298.241,31	8,12%	-86,27%	6,31%
12 PASSIVOS FINANCIEROS					
13 OUTRAS RECEITAS CAPITAL	2,00	8.157,73	407885,50%	407622,12%	0,04%
15 REPOSIÇÕES NA O ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	30.000,00	22.809,89	76,03%	-11,65%	0,11%
16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	8.085.895,97	8.085.895,97	100,00%	35,62%	38,26%
TOTAL GERAL	43.630.639,45	20.597.369,69	47,21%	-17,18%	100,00%

Carla
Q
Jos

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 20.597.369,69€, com um grau de execução da receita cobrada bruta corrente de 57,16%, e de capital de 8,48%.

O desvio face ao grau de execução padrão é negativo e representa no global 17,18%, sendo que, 7,22% refere-se a receita corrente e 55,91% refere-se a receita de capital.

2.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com o registado no período homólogo, apresenta uma variação positiva.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: 01/01/2019 a 23/06/2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (64,31%)	PERCENTUAL DA EXECUÇÃO DP PARA DESPESA TOTAL
Despesas Correntes	20.239.990,91	9.980.288,47	49,31%	-15,07%	81,24%
01 Despesa com Pessoal	5.086.296,00	3.814.284,37	81,61%	-2,77%	29,42%
02 Aquisição de Bens e Serviços	10.362.764,91	4.438.083,18	42,83%	-21,89%	38,12%
03 Juros Outros Encargos	36.013,00	25.359,76	70,42%	6,04%	0,21%
04 Transferências Correntes	3.646.599,00	1.753.226,34	48,08%	-18,30%	14,27%
06 Outras Despesas Correntes	328.298,00	149.365,84	45,49%	-18,89%	1,22%
Despesas de Capital	23.380.640,84	2.305.092,19	9,86%	-54,53%	18,78%
07 Aquisição de Bens de Capital	19.364.610,97	1.285.820,49	6,64%	-87,74%	10,47%
08 Transferências de Capital	3.345.723,57	559.885,16	16,73%	-47,89%	4,88%
09 Activos Financeiros	72.375,00	36.187,50	50,00%	-14,38%	6,29%
10 Passivos Financeiros	579.200,00	423.219,11	73,07%	8,89%	3,44%
11 Outras Despesas de Capital	29.531,00	0,00	0,00%	-84,38%	0,00%
TOTAL	43.620.639,45	12.285.380,66	28,18%	-36,22%	100,00%

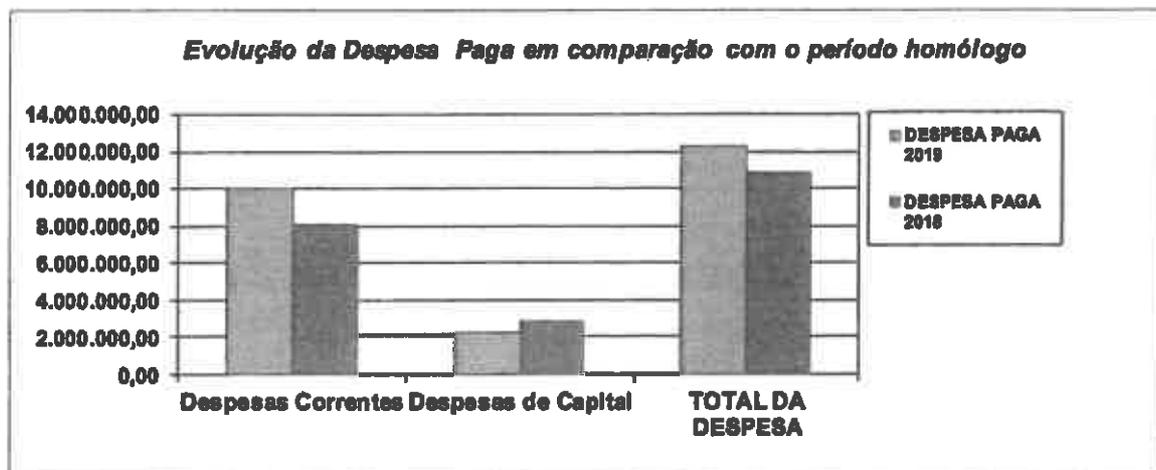
Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da despesa verifica-se que, a despesa paga atingiu, neste período, o montante total de 12.285.380,66€, com um grau de execução da despesa paga corrente de 49,31%, e de capital de 9,85%.

O desvio face ao grau de execução padrão é negativo e representa no global 36,22%, sendo que, 15,07% refere-se a despesa corrente e 54,53% refere-se a receita de capital.

Importa, no entanto, salientar que a análise se refere a despesa paga, pelo que, investimentos estruturantes para o Município e com grande impacto na despesa de capital prevista, como sejam a Requalificação da Zona Industrial de Tondela, Centro Tecnológico de Empreendedorismo, ETAR da ZIM do Lagedo, ou mesmo, Sistema de Abastecimento de Água ao Domicílio e Saneamento ao Caramulo, encontram-se, em fase de adjudicação, compromisso, ou a aguardar visto do Tribunal de Contas, ou ainda, com visto recente e a aguardar faturação.

Clair
QR
Ln

3.2. EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima, é possível concluir que, a despesa paga, no período em análise, é superior, quando comparada com o período homólogo. Esta variação tem origem na despesa corrente.

3.3. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2019 a 21-08-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(2)/(1)*100%
Despesas Correntes		20.239.998,91	16.514.196,50	81,59%
01	Despesas com Pessoal	5.866.296,00	5.150.891,74	87,80%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10.362.794,91	7.872.195,50	75,97%
03	Juros Outros Encargos	36.013,00	32.413,17	90,00%
04	Transferências Correntes	3.646.599,00	3.276.650,93	89,85%
06	Outras Despesas Correntes	328.296,00	182.047,16	55,45%
Despesas de Capital		23.390.640,54	9.141.885,63	39,08%
07	Aquisição de Bens de Capital	19.364.810,97	6.517.840,80	33,86%
08	Transferências de Capital	3.345.723,57	1.944.185,70	58,11%
09	Activos Financeiros	72.375,00	72.375,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	579.200,00	579.155,69	99,99%
11	Outras Despesas de Capital	28.531,00	28.528,44	99,99%
TOTAL		43.630.639,45	25.656.084,13	58,80%



Caub
R
Jo

Através da análise do quadro acima verifica-se que o grau de execução dos compromissos referente a despesa corrente é de 81,59% e referente a despesa de capital é de 39,08%, o que resulta num grau de execução dos compromissos global de 58,80%.

O total dos compromissos assumidos, à data de 23/08/2019 é de 25.656.084,13€

3.4. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Considerando que Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Informa-se que os compromissos plurianuais assumidos no período entre 22/06/2019 e 23/08/2019, são os elencados no quadro abaixo.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 22/06/2019 A 23/08/2019				
<i>De acordo da autorização prévia concedida em 17/12/2018 pela Assembleia Municipal</i>				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2020	2021	2022	Seguintes
Aquisição de serviço para análises de águas residuais – Acordo Quadro CPI 04/18 - Lote 4	10.742,00 €			
Aquisição de serviços de fiscalização, coordenação de segurança e ambiente para as empreitadas de infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais referente à empreitada de "Rede de águas e esgotos ao Caramulo"	46.641,60 €			
Centro Tecnológico e Empreendedorismo	1.802.330,30 €	300.388,38 €		
Estabilização de emergência pós incêndio - Lote1	53.230,03 €			
Estabilização de emergência pós incêndio - Lote2	101.111,07 €			
Estabilização de emergência pós incêndio - Lote3	125.628,95 €			

Ceb
R
Am

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 235 dias do ano de 2019, temos um grau de execução padrão de 64,38%, e um grau de execução da receita cobrada bruta de 47,21%, um grau de execução da despesa paga de 28,16% e um grau de execução de compromissos assumidos de 58,80%

Tondela, 26 de agosto de 2019

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



Almeida
C. Almeida
R

Relatório de atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 27 de junho a 25 de agosto de 2019)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

Começo esta minha intervenção centrando-me numa das obras estruturantes para o concelho, a requalificação e ampliação da ZIM de Tondela, que – após o visto do Tribunal de Contas, estimamos que esteja concluída dentro de ano meio.

Esta grande intervenção será desenvolvida em cinco blocos, com o primeiro a visar a requalificação das infraestruturas existentes, o segundo a ampliação das infraestruturas da zona noroeste e a requalificação da ex N2 (entre o nó do IP3 e a rotunda sul), enquanto que o terceiro prevê a ampliação de infraestruturas, com abertura e infraestruturização do arruamento nascente.

Já o bloco 4 contempla a construção de um novo parque de estacionamento e o bloco 5 prevê um sistema adicional de combate a incêndios.

Trata-se de um grande investimento, que ultrapassa os 3 milhões de euros, que vem dotar esta ZIM de espaço para acolher diferentes investimentos, criando mais oferta de trabalho e tornando ainda mais atrativo o nosso concelho.

E são cada vez mais as famílias que, depois de aqui garantirem o seu trabalho, optam por fixar-se neste concelho.

Por isso, e depois de em diversas ocasiões ter lançado o repto aos empresários deste ramo, são cada vez mais as construções em marcha um pouco por todo o concelho. Assistimos àquele que é, nos últimos anos, um dos maiores impulsos na construção civil e, consequente, aumento da habitação disponível para quem aqui quer ficar a viver.

Tondela está na moda e isso também se reflete nos novos espaços comerciais que surgiram só nos últimos meses.

Este é um sinal claro de que o concelho está no caminho de um crescente desenvolvimento, para o qual continuaremos a trabalhar.

Cada vez mais emprego. Cada vez mais qualificado, gerador de riqueza, ao que não é alheia a fixação de mais pessoas no nosso concelho.

2-

Gostaria também de trazer para a análise o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Tondela.

Este instrumento incide em grandes áreas, nomeadamente a reabilitação e regeneração urbana e a reabilitação/refuncionalização de edifícios.

Trata-se de um elemento estruturante para estimular a revitalização habitacional, em zonas onde a deslocalização de bolsas habitacionais, implica ter um novo olhar para a revitalização destes eixos.

Mas vai mais longe, ao enquadrar nesta visão ambiciosa, a dinamização das áreas associadas ao tecido económico e aos serviços.

As políticas fiscais, associadas a estímulos como a aplicação de IVA à taxa reduzida nas obras realizadas nestas áreas, bem como outros instrumentos de apoio a reparação de fachadas e coberturas, não deixarão de ser uma oportunidade para tão importante modelo de intervenção urbana.

Em paralelo, são identificados eixos de reabilitação urbana, harmonizando linguagens e repensando o espaço urbano, integrando espaços numa visão que potencie a imagem da cidade.

Neste quadro, a estratégia do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, iniciado aquando da construção das candidaturas ao Centro 2020, apresenta-se como parte integrante deste PERU, sendo uma evidência a sua interligação num quadro mais abrangente e que poderá ser consequente a uma visão da cidade voltada para um patamar de modernidade, de atração de novos residentes, sem a descaracterizar com a sua identidade e memória.

Ainda se deve referir o Plano de Mobilidade, integrado no estudo que será sujeito a concursos pela Comunidade Intermunicipal Viseu dão Lafões, que o município desenhou e integrou, e que oportunamente será objetivo de conhecimento mais detalhado, criando uma rede de transportes urbanos na cidade, a par de movimentos pendulares para as Áreas de Acolhimento Empresarial, a que se juntara o sistema de Transportes flexíveis de passageiros.

Não ignoramos a profunda alteração que estas medidas arrastarão, fomentando uma resposta à descarbonização, à mobilidade suave e à diminuição dos custos associados a uma vida mais exigente no plano da mobilidade.

É um desafio que não tem paralelo na história do concelho e, em particular, da cidade.

Envolverá investimento público, mas também envolverá os privados numa ação de concertação estratégica que promoverá uma maior eficiência coletiva dos investimentos públicos.

Q
A
B

3-

Como estamos próximo do início de mais um ano letivo, justifica-se aludir à conclusão da primeira fase das obras de remodelação da Escola Secundária de Tondela.

Como é sabido, esta empreitada contemplou a intervenção em quatro blocos, que ficaram com melhores condições de funcionamento e conforto, para além de assegurarem um elevado padrão de eficiência energética. Nestas intervenções verificou-se a reformulação de todas as instalações sanitárias, salas de aulas, laboratórios e espaços acessórios.

Esta primeira fase não previa a totalidade da Escola Secundária de Tondela. Lembramos que o dinheiro disponibilizado pelos fundos comunitários, no âmbito do Pacto de Coesão e Desenvolvimento, fundos esses negociados com a Comunidade Intermunicipal Visu Dão Lafões, só permitiu desenvolver o projeto nesses quatro blocos, apesar de termos todo o estudo e estrutura preparada para poder, numa segunda fase, poder intervir nos dois que faltam, bem como em toda a área de arranjos exteriores e espaços verdes e campo desportivo.

Estamos a negociar financiamento para a segunda fase dos trabalhos, sendo nossa convicção que brevemente também lançaremos esse concurso, para que se reformule esta importante escola, já que a Parque Escolar, ano após ano, sempre foi adiando a sua reabilitação. Uma intervenção que, no final, terá um custo que ultrapassará certamente 1,6 milhões de euros.

Ao mesmo tempo, temos sensibilizado o Ministério da Educação para a necessidade de serem realizadas obras, principalmente nas coberturas, de parte das Escolas Básicas de Tondela e de Campo de Besteiros, o que também muito nos inquieta, face à ausência de uma resposta que garanta essa intervenção.

Queremos que sejam garantidas as condições adequadas nos diferentes edifícios da nossa rede escolar.

A isto, junta-se uma educação com forte investimento na valorização da oferta educativa, na qualidade com que os profissionais se dedicam, na promoção cultural, estimulando uma cidadania ativa, contribuindo para a construção das oportunidades futuras, que o nosso concelho tem para oferecer para os jovens.

4-

A propósito da descentralização de competências, gostaria de partilhar que entendemos que não estão reunidas as condições necessárias, entre outras, à transferência de competências na área da educação e da saúde.

Entendemos adiar esta possibilidade, quer em relação a 2019, quer 2020, na expectativa de uma avaliação mais detalhada e participada.

Já o tínhamos dito e reafirmamos que as responsabilidades que se pretendem transmitir não podem ser meramente administrativas, para além de não ter existido uma reunião de

R. Leal
L

avaliação sobre aquelas que seriam as despesas de gestão corrente, onde se percebesse as condições que o Município tem em assumir esta responsabilidade.

Excluindo obras de grande dimensão (Escola Secundária de Tondela e substituição de amianto nas Escolas 2,3 de Campo de Besteiros e Tondela, o Município teria de investir anualmente cerca de 1,8 milhões de euros para um funcionamento ajustado.

Por isso, entendemos que não devemos apenas aceitar os aumentos de competências que não correspondam a recursos financeiros necessários para executar essas funções.

5-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão.

Por fim, deixo ainda uma reflexão sobre a rede social do concelho, que espera por mais apoio do poder central, não só para manter o trabalho que vêm a desenvolver, como aumentando os auxílios para os serviços e valências que prestam, pois representam um importante ativo na promoção social e na retaguarda familiar.

Toda a gente conhece a importância que as instituições sociais têm no combate ao isolamento das pessoas, prestando um enorme serviço, por todos reconhecido.

No entanto, os apoios que lhes chegam são insuficientes para as despesas que têm e para a rede de cuidados que prestam.

Se estas instituições têm capacidade de colaborar de uma forma eficaz na resolução dos novos problemas sociais, adequando os serviços às necessidades, e chegando onde o Estado não chega, deveriam ser olhadas com outra atenção.

É neste quadro que refiro as reuniões havidas com a tutela regional destes serviços, reconhecendo-se que os mesmos, cada vez mais centralizados em Lisboa, afastam o poder de análise e de decisão, ignorando o esforço de tantas instituições que no nosso concelho, são o grande pilar de proteção social, função que é do estado central.

Importa saber que se ocorreram aumentos dos salários dos colaboradores destas instituições, se os custos com combustíveis e com o funcionamento são cada vez maiores, os montantes associados aos acordos de valências existentes, mantêm os valores inalterados há vários anos, sem sequer acompanharem estes custos diretos que lhes são impostos e sem que os mesmos sejam financiados.

Estamos perante uma iminente rotura destes serviços. Impõe-se que haja um olhar realista do poder central para tão grave situação.